

Os 150 anos da Guerra do Paraguai. A participação da compositora Chiquinha Gonzaga a bordo do “São Paulo”¹.

Maristela Rocha²
Universidade Vale do Rio Verde

Resumo

Entre 1864 e 1870, a América do Sul apresentava-se como cenário do maior e mais sangrento conflito armado do século, conhecido como a “Guerra do Paraguai”, “Guerra da Tríplice Aliança” ou “Guerra Grande” (para os paraguaios, especialmente). Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai travavam a sangrenta batalha que até hoje é objeto de investigações históricas. Ao contrário do que se pensava, mulheres e crianças eram encontradas nos campos de batalhas. Mulheres anônimas participavam, expondo-se às mais variadas adversidades, e a imprensa nascente veiculava modestamente a realidade sobre os fatos. Contrariando todas as suas aspirações, a pianista, compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga (1847/1935) embarcava para a guerra, acompanhando o marido, Jacinto Amaral.

Palavras-chave

Guerra do Paraguai; Chiquinha Gonzaga; Mulheres; Imprensa; Música.

Introdução

Não nasceste para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente, vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo, ajudais os homens. Uma, como a mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores os caminhos dos bravos.

*Machado de ASSIS (apud DOURADO In: FLORES, 2010, p. 38).

A partir de 1864, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, países vizinhos, e posteriores parceiros comerciais no Mercosul³, envolveram-se em sangrento combate ao longo de mais de cinco anos. As origens da Grande Guerra se encontravam, especialmente, no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata. Há poucos registros sobre a participação de mulheres nos conflitos, mas algumas delas entraram para os anais da história, como Ana Nery, Jovita Alves Feitosa e Ludovina Portocarrero.

¹ Trabalho apresentado no GP Interfaces Comunicacionais, XIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, email: maristelarocha.rocha@gmail.com

³ O Mercado Comum do Sul é um bloco econômico criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e conta, mais recentemente, com a Venezuela entre os países-membros. Equador, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia participam como membros associados, ou seja, integram as reuniões, mas não possuem poder de voto.

Cabe-nos neste trabalho - dando continuidade a palestras, produções artísticas e acadêmicas sobre Chiquinha Gonzaga, ao longo de 23 anos - enfatizar a participação da compositora na história do conflito, sobretudo neste momento oportuno em que se comemoram os 150 anos da Guerra do Paraguai. Ressaltamos que nossa reflexão recai apenas sobre a participação brasileira na também chamada Guerra da Tríplice Aliança.

Governado por Solano López, o Paraguai aspirava à inserção no comércio internacional, exportando produtos primários para obter as libras esterlinas que possibilitariam tal projeção. Havia, entretanto, a necessidade de um porto marítimo, que não podia ser o de Buenos Aires, já que os argentinos resistiam em conceder facilidades comerciais à nação vizinha.

O porto de Montevidéu, no Uruguai, apontava-se como alternativa para a política expansionista de Solano López, que tinha como meta a invasão do território argentino e das províncias brasileiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Não obstante, uma vez iniciado o conflito armado, os países que formavam a Tríplice Aliança procuraram defender seus respectivos interesses.

Há muitas versões para a Grande Guerra. “Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança? Não só os nomes variam. Até hoje essa guerra, que causou um forte impacto nas relações entre as partes envolvidas, é ensinada de modo diferente aos jovens desses países” (FRAGA, 2004, p.42). A história oficial não registrou as verdades do inimigo derrotado, incluindo mulheres e crianças, mas as versões dos vencedores

A realidade brutal do holocausto paraguaio, com 75,75% de sua população morta durante o conflito (...) não poupou igualmente mulheres e crianças, foi ocultada aos brasileiros pela narrativa oficial, limitada à descrição de batalhas e feitos militares de seus soldados. Graças ao apoio e conivência incondicional da imprensa da época, o Império da Brasil manipulou a opinião pública, através de intensa propaganda política, que constituiu uma verdadeira preparação psicológica das mentalidades (CUNHA; FRANÇA JÚNIOR; SANTOS⁴, s.d.)

Dessa forma, a República proclamada por líderes do Exército, como Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que haviam participado da luta contra os paraguaios, não modificou as versões deturpadas, ainda hoje transcritas nos livros escolares. Assim, as sucessivas gerações de brasileiros foram mantidas na ignorância das causas reais dessa guerra e suas trágicas consequências.

⁴ Disponível online <http://www.uff.br/comunicacao/holocausto/05-11.htm>

O longo conflito enfrentado pelo Império brasileiro, seus aliados e o Paraguai desenrolou-se em três fases características, segundo a doutora em História Social Maria do Carmo Brazil, apontadas de forma sucinta, objetiva. Quanto ao primeiro período da guerra, compreendeu as operações efetuadas fora das terras paraguaias

cujas forças ofensivas circunscreveram à Província de Mato Grosso - no período de dezembro de 1864 a junho de 1867; à Província argentina de Corrientes, no ano de 1865. Nesta fase a nação paraguaia desejava o domínio do estratégico rio e das terras da extensa província de Mato Grosso (BRAZIL, 2011, p. 34).

Ainda segundo a professora, o segundo momento corresponde às operações ocorridas às margens dos rios Paraná e Paraguai, por onde foi possível alcançar as Missões e o Rio Grande do Sul. “Esta fase caracterizou-se, também, pelo cerco à grande fortaleza fluvial de Humaitá, conhecida como Sebastopol do Paraguai, lugar onde foi bloqueado o acesso ao rio Paraguai e a Assunção” (BRAZIL, 2011, p. 34).

Maria do Carmo Brazil explica ainda que a última fase da guerra concentrou-se nas terras “em que o líder, à frente do exército, passou a defender obstinadamente o território nacional”, fase também identificada como “Campanha das Cordilheiras, a leste de Assunção, onde Solano Lopez foi caçado, derrotado e morto em Cerro Corá em 10 de março de 1870” (BRAZIL, 2011, p.34). Sem intenção de contraponto, apontamos Chiavenatto, que salienta que a guerra aconteceu por uma falsa perspectiva histórica

a luta não se travava contra os brasileiros e argentinos, meras extensões imperialistas, mas sim contra o coração do capital inglês, contestado em conteúdo dentro do Paraguai. Por isso, estava determinada a guerra, a destruição total do Paraguai até o fim, mesmo que se tivesse de cometer, como se cometeu, um dos maiores genocídios que o mundo já viu (...) (CHIAVENATTO, 1979, p. 38).

Além das novas interpretações nas últimas décadas sobre os episódios que constituíram a maior batalha campal da América Latina, há muito a se investigar também sobre a participação das mulheres inseridas neste conflito. Para direcionarmos nossa pesquisa, optamos por trazer à tona uma abordagem sobre a pianista e maestrina carioca Chiquinha Gonzaga (1847/ 1935), abordando, em especial, sua passagem pelo navio “São Paulo”.

A mulher, a guerra e a imprensa

No período que abrange a trajetória de vida de Chiquinha Gonzaga, os cinco jornais mais importantes do Rio de Janeiro eram *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Paiz*. Iniciava-se a imprensa direcionada ao público feminino. Restringindo o espaço temporal referente à Grande Guerra, podemos afirmar que, embora as campanhas abolicionista e republicana tenham dado à imprensa⁵ mais visibilidade, bem como respeitabilidade perante a população, a Guerra do Paraguai ganhou ênfase nos periódicos daquele tempo.

No que se refere à imprensa feminina, a baiana Violante Ataliba Ximenes de Bivar e Velasco lançava, pioneiramente, no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras*, em 1852, periódico que durou três anos. Em seguida, lançou *O Domingo*, que circulou até 1875, quando Violeta faleceu. Já *O Figaro Chroniquer* era o periódico que circulava, inicialmente, para encanto das moças casaduras que sonhavam com as novidades da moda e com um bom casamento.

Gradativamente, foram aumentando os jornais para esse público. Na verdade, os homens também apreciavam tais publicações como o *Jornal das moças solteiras*, o *Correio das Damas*, o *Bom Tom*, o *Jornal para fazer rir*. A literatura de cordel também era valorizada, assim como os contos de Machado de Assis publicados no *Jornal das Famílias*, que também trazia sugestões de moda, receitas e dicas de beleza.

O *Jornal do Comércio* era um veículo de grande respeitabilidade social. Conservador, mas não deixava de divulgar os desejos do universo feminino, acompanhando a intensificação da vida social. “O anúncio dá destaque à novidade da época: tecidos de borracha importados da Inglaterra e dos Estados Unidos” (*Jornal do Comércio*, jul. 1854. In: ALENCASTRO, 1997, p. 40).

Em 1852, a imprensa ganhava inovações como a litografia e a gravura, ilustrando os jornais literários e de modas, como os que circulavam na Europa. A *Semana Ilustrada*, lançada na Corte em 1860, com formato pequeno, em oito páginas, veiculava poesias, crônicas, contos de ilustres jornalistas e escritores como Quintino Bocaiúva, Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, dentre outros.

A *Revista Popular* trazia figurinos intercalados com o texto, mas essas páginas necessitavam de impressão francesa para posterior inserção na revista. Paulatinamente, foram

⁵ Vale ressaltar que surgiram no país mais de vinte jornais republicanos no período de 1870 a 1872.

aparecendo muitas outras publicações do gênero. A Revista Ilustrada, por exemplo, foi a precursora das histórias em quadrinhos, pelas mãos do conceituado Ângelo Agostini, com as “Aventuras de Zé Caipora”. Essa revista foi “o maior documentário ilustrado que qualquer período que nossa história conheceu” (SODRÉ, 1999, p. 52).

A publicidade e a propaganda na Corte já possuíam um mercado consumidor, desde a década de 1850. Trinta anos depois, os anúncios, que já ultrapassavam as folhas dos jornais diários, invadiam os muros e espaços vazios da cidade. Posteriormente, a propaganda saía dos grandes anúncios ilustrados da virada do século para a fase dos reclames em revistas, com a utilização de textos de autores consagrados como Casimiro de Abreu (considerado precursor do texto publicitário), Lopes Trovão, Olavo Bilac e Emílio de Menezes. A ilustração ficava por conta de Luiz Peixoto e K. Lixto. As colunas especializadas eram a sensação daquela época.

Havia também os pasquins – jornais de sátira ou panfletos difamadores. Durante a Guerra do Paraguai, o Ba-ta-clan do Rio de Janeiro, publicado em francês por Charles Berry, ridicularizava os chefes militares brasileiros. O Corsário, em menção ao suposto romance entre D. Pedro II e a condessa do Barral, publicava:

Não é por certo
Boa moral
Trair a esposa
Com a Barral (MARTINS e LUCA, 2012, p.62)

O Jornal do Commercio destacava-se na divulgação dos episódios da guerra. Como exemplificação, ressaltamos o registro que atesta a gravidade do que acontecia no final do conflito, conforme relata Francisco Doratioto: “A situação, no início de 1868, era tão grave que o Jornal do Commercio, ao apontar para a piora das finanças do Império com a continuidade da guerra, concluía que o fim da luta era urgente...” (DORATIOTO, 2002, pág. 275).

Sobre a participação de escravos⁶, tema de grande debate, bem como a continuidade da guerra, o jornal Opinião Liberal apontava: “Paz, Paz! É o brado íntimo de um povo oprimido”. Segundo Doratioto: “Argumentava o jornal que a guerra era resultado do capri-

⁶ Após um longo período em que foi ignorada, a partir da década de 1970, a presença de libertos na Guerra passou a ganhar destaque. Àquela época, estava consolidada uma imagem do exército imperial como composto majoritariamente por negros escravos, libertados para fazer a guerra dos seus senhores. Entretanto, a história registrava os bravos heróis militares e seus monumentos grandiosos (SALLES, 2004, p. 28).

cho de Pedro II, pois a população abandonara totalmente a causa da luta” (DORATIOTO, 2002, pág. 275).

Quanto à participação de mulheres na guerra, pouco se falava e poucas ganhavam destaque, como abordaremos em “Mulheres na Guerra, heroínas anônimas”. A imprensa abolicionista desempenhava um papel importante na derrocada do escravismo, através das denúncias de violências e da divulgação de festas beneficentes que angariavam recursos para a compra de cartas de alforria, mobilizando, então, os grupos urbanos na contestação à ordem escravista. Os debates políticos ganhavam a imprensa e, quando a abolição já era um fato, começaram a se levantar vozes que lutariam pela República. Algumas mulheres, como Chiquinha Gonzaga, uniram-se nessas lutas.

A Pianópolis⁷: cenário de guerra e de paz

A longa duração da guerra criava uma nova realidade, uma diversificação da vida na capital do Império. Em *Maldita Guerra. Nova História do Paraguai*, Francisco Doratioto explica que, assim como se alterou o cotidiano nas outras capitais aliadas, Buenos Aires e Montevideú, no Rio de Janeiro “soldados entravam e saíam e, numa época em que não existia o telégrafo internacional, esperava-se a chegada de navios vindos do Rio da Prata com notícias da frente de batalha” (DORATIOTO, 2002, p. 17).

A crise econômica vigente no Império do Brasil nos anos 1860 e a crescente dependência do imperialismo inglês provocavam o desemprego e a falta de capitais. A guerra, que viria agravar essa dependência, trouxe um alívio orçamentário imediato com o aumento de empréstimos. Tornava-se necessária a criação de uma “economia de guerra”, com novos fornecedores e instalação de pequenas indústrias. A absorção dos desempregados pelo exército estabilizava, então, momentaneamente, o mercado de trabalho (CHIAVENATTO, 1979).

No Brasil, a guerra serviu para “tirar das ruas os desocupados – mesmo a contragosto deles – e estimular também fornecedores, etc (...) surge uma nova classe borboleteando em torno dos governos aliados, que usufrui de todos os modos a situação”. E dessa forma, criava-se, então, “uma situação de euforia” (CHIAVENATTO, 1979, p. 130).

⁷ O Rio de Janeiro era também conhecido como Pianópolis ou cidade dos pianos. As lojas vendiam, trocavam e alugavam pianos franceses e ingleses, e esses instrumentos já possuíam cepos fabricados em liga metálica, ao invés de madeira, e resistiam melhor à temperatura brasileira, permitindo uma maior tração nas cordas de aço, aperfeiçoando o som e diminuindo a periodicidade das afinações. Além dos pianos de cauda e de armário, havia desde um simplório modelo, sem pedal, para ser colocado em cima de uma mesa, até os modelos mais sofisticados que ganhavam belos candeeiros. A sociedade os adquiria para seguir o modelo cultural estrangeiro, considerado “civilizado” e requintado.

Em um cenário diverso ao da guerra, no Rio de Janeiro do século XIX proliferavam as confeitarias, os bondes e despontava a rua do Ouvidor, num tempo tanto de desenvolvimento da vida urbana quanto da epidemia de febre amarela. Aqueles eram tempos também das bandas, dos assobios (como meio de divulgação musical), do fonógrafo, das serestas e do fenômeno social da boemia.

Era possível encontrar na capital do Império a música de elite – de influência europeia - nos saraus, nos concertos, nas festas da corte. O Rio também abrigava a música popular nascente, contagiante, envolvente dos afro-brasileiros. E a música estava, realmente, em todos os lugares, com espetáculos líricos, bandas militares ou música religiosa. Em contraponto, destacavam-se as valsas, mazurcas, polcas, quadrilhas e o schottisch nas reuniões familiares e nos salões; o lundu, nas rodas de danças dos escravos.

As bandas de música da Guarda Nacional, organização paramilitar criada pelos grandes proprietários pela Lei de 18 de Agosto de 1831, foram introdutoras de marchas, dobrados, música erudita, além dos hinos em seus repertórios. Era notória a respeitabilidade alcançada pelo músico militar, pois o fato de ser músico implicava na dispensa das outras obrigações militares, chegando até mesmo a conseguir, muitas vezes, o perdão por infrações cometidas.

Iniciava-se a parceria na música popular, e a modinha, canção lírica, sentimental, mostrava letras adaptadas de árias italianas, bem como as quadras e formas melódicas portuguesas. Apreciada em Lisboa como música aristocrática, a modinha adquiria popularidade no Brasil com as composições de Cândido Inácio da Silva, Padre José Maurício Nunes Garcia, Gabriel Fernandes da Trindade, dentre outros. No II Reinado, as modinhas ganhavam letras de poetas expressivos como Castro Alves, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias.

No final do Império, a modinha aumentava a sua penetração na camada popular, atingindo o domínio público, as ruas e praças. Da mesma forma, a sociedade branca do Rio de Janeiro começava a assimilar a cultura dos afrodescendentes. Cultura que encantava a jovem Francisca Edwiges Neves Gonzaga, e que a faria mudar os rumos impostos pela sociedade carioca daquele tempo.

Mulheres na Guerra, heroínas anônimas

Guerra de homens?! Batalhas e acampamentos militares sem mulheres e crianças? Falaciosa e antiga essa visão sobre a maior campanha bélica da América do Sul. Pesquisas,

segundo escassos documentos, revelam os papéis das mulheres nos dois lados do conflito, atuando na retaguarda junto aos homens. Através do Decreto Imperial 3.371, de 7 de janeiro de 1865, D. Pedro II criava o serviço de “Voluntários da Pátria”, despertando a atenção da população.

Dessa forma, homens se alistavam em defesa do Brasil, sem espera de remuneração, e funcionários públicos abriam mão dos seus vencimentos para ajuda orçamentária na formação do corpo militar (DORATIOTO apud FLORES, 2010, p. 33). As mulheres, impulsionadas pela campanha, aderiam à campanha de várias formas, até mesmo inserindo-se como chinãs de soldado, meretrizes ou companheiras; houve as que se alistaram como enfermeiras, para atender nos chamados “hospitais de sangue”, nos fronts de guerra (FLORES, 2010, p. 34).

Algumas mulheres vestiam-se com hábito de freiras para cuidarem dos feridos. Outras, ao contrário, usavam indumentária militar e chegavam a utilizar armas. Sofriam com a carência de infraestrutura básica, com as doenças e a fome. Como não havia abastecimento regular nos acampamentos, algumas delas, conhecidas como vivandeiras, se dedicavam à venda de artigos de primeira necessidade. “Essas vivandeiras, e demais andarilhas que seguiam os batalhões, criavam modos de vida e sobrevivência na retaguarda, cuidando das crianças, da comida e das roupas” (DOURADO, 2004, p. 38).

Era grande o número dessas mulheres na Guerra do Paraguai e a relevância das mesmas foi registrada em um hino, de autoria desconhecida, intitulado *Canção das Vivandeiras*:

(...) Que harmonia não tem a metralha
Derrubando fileiras sem fim,
E depois, só depois da batalha,
Vê-lo salvo, cantando-me assim:

Em t’as marchas fazendo trigueira
Mais te amo, gentil vivandeira (...) (FLORES, 2010, p. 48).

José Luiz Rodrigues da Silva, em *Recordações da Campanha do Paraguai*, relata que o “acampamento do comércio” do Passo da Pátria parecia um verdadeiro *Boulevard*: “(...) saboreava-se o bom café, os doces finos, os melhores vinhos e cervejas, intercalados de chistosas pilhérias e anedotas ao gosto brejeiro (...)”. Muitas barracas pareciam bazares, onde se encontravam as mais diversas mercadorias (SILVA apud FLORES, 2010, p. 43).

As mulheres da chamada elite imperial recebiam reconhecimento oficial. “Sobre elas predominava quase sempre o retrato da esposa corajosa, fiel e abnegada, como Ludovi-

na Portocarrero, casada com o comandante do Forte de Coimbra, em Corumbá, às margens do rio Paraguai” (DOURADO, 2004, p. 39). Ludovina ganhou destaque, especialmente, pela participação no grupo de resistência à invasão do forte por tropas paraguaias em 1864.

Mas, ao longo da guerra, pouquíssimas mulheres do povo obtiveram algum reconhecimento a ponto de saírem do anonimato. Eram conhecidas apenas pelo primeiro nome ou apelido (DOURADO, 2004). Jovita Alves Feitosa representa uma das exceções. A piauiense apresentou-se ao Exército, aos 17 anos, vestida de homem e com os cabelos cortados: “A história ganhou as páginas dos jornais e se tornou um dos mais conhecidos casos de alistamento de voluntários da pátria” (DOURADO, 2004, p. 39).

Um mês após a partida, chegava à capital brasileira sendo saudada pela multidão que esperava, com curiosidade, a Companhia dos Voluntários que tinha, entre eles, a figura de uma mulher. Os jornais noticiaram com destaque o fato.

Este “estranho soldado” transformou-se num mito por meio da imprensa, colaborando com o governo em incentivar os homens para engajarem na lutar pela Pátria brasileira, se uma mulher queria lutar, porém era dever dos homens irem para o campo de batalha, por isso, ajudou nas horas de crise, servindo de propaganda do governo e dos periódicos (VELOSO JÚNIOR e PEREIRA, 2013, p. 2).

Outra personalidade feminina conhecida é a enfermeira voluntária Ana Néri. Viúva do capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, acompanhou e cuidou dos três filhos combatentes (perdeu um filho e um sobrinho na guerra). No tempo em que esteve em Corrientes, Humaitá e Assunção, tratava doentes e feridos em hospitais e, por sua atuação, ficou conhecida como a “mãe dos brasileiros” e recebeu uma coroa de ouro de um grupo de senhoras onde se lia “à heroína da caridade, as *baianas agradecidas*” (DOURADO, 2004, p. 41).

A entrada do exército paraguaio em Mato Grosso desencadeou luta apenas em Coimbra e em Dourados. Exceto em Corumbá, onde a população não teve barcos para escapar, por todo o território invadido os povoadores brasileiros fugiram. A fuga foi possível devido à própria escassez da população (DORATIOTO, 2002), e ainda mais dramática era a situação das mulheres, quando sob a dominação dos opositores. Além de sofrerem violência sexual, havia possibilidade de degola. Tinham ainda que plantar, lavar, cozinhar e transportar mercadorias para a tropa paraguaia.

Em Corumbá, os paraguaios tomaram “um botim de imenso valor”, como relata Francisco Doratioto. Os habitantes que fugiram para o mato foram obrigados a retornar à vila, onde encontraram suas casas saqueadas. Quanto às mulheres, “sofreram violências

sexuais; o próprio coronel Barrios ficou com uma moça, após atirar fora do seu barco o pai e ameaçá-lo de fuzilamento, caso resistisse a deixá-la” (DORATIOTO, 2002, p. 106-107).

A vida sem harmonia: Francisca Edwiges vai à Guerra do Paraguai.

O pioneirismo de Chiquinha Gonzaga na participação política, na luta pelos direitos de autor, na defesa dos direitos da mulher, no teatro musicado, na música para carnaval de rua, no reconhecimento da música nacional no exterior, firma seu nome nos anais da história do País. Entretanto, sua participação na Guerra do Paraguai aconteceu antes do rompimento com os laços familiares, na segunda metade do século XIX.

Francisca Edwiges Neves Gonzaga teve formação musical, mas foi, como hábito naquele tempo, preparada para exibir a sua musicalidade apenas nos saraus familiares. Vigorava a chamada “educação da agulha”, em detrimento da instrução, já que a maior parte dos colégios femininos enfatizava o desenvolvimento das prendas domésticas, o ensino superficial da língua materna, do francês e das noções elementares das quatro operações (DUARTE, 2008, p. 107). Chiquinha teve que enfrentar toda espécie de preconceitos, numa época bem ilustrada pelo provérbio: “Uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar”⁸.

Francisca teve aulas de leitura, escrita, cálculo, catecismo e idiomas com o renomado professor cônego Trindade. A educação musical ficava a cargo do maestro Lobo. O tio paterno e padrinho de batismo, o flautista Antonio Eliseu, também influenciava na vida musical da futura maestrina. Entretanto, encantada com a musicalidade dos afrodescendentes, com a estrutura rítmica da música africana revelada através da performance dos escravos, resolveu incorporar esses elementos em sua prática pianística, fazendo composições mais próximas às tendências de vanguarda daquela época. Como se não bastasse, insistia em participar de manifestações culturais periféricas, extrapolando as determinações sociais em voga. As consequências vieram com advertências familiares, sobretudo, posteriormente, por parte do marido⁹.

⁸DINIZ, 1991, p. 39. Provérbio português em voga na época. Recolhido por Edinha da obra EXPILLY, Charles. Mulheres e costumes do Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977, p. 269.

⁹ Coube ao pai de Francisca Edwiges, o militar Basileu, arranjar (como hábito naquele tempo) um próspero e elegante rapaz - 24 anos, proprietário de criações de gado e terras cultivadas - para desposar Chiquinha, aos 16 anos de idade: Jacinto Ribeiro do Amaral. O casamento foi celebrado às cinco horas da tarde do dia 5 de novembro de 1863, na matriz de Santana, no Rio de Janeiro.

Em 1864, ano em que se iniciava a Guerra do Paraguai, nascia João Gualberto, primeiro filho do casal Francisca Edwiges e Jacinto Ribeiro do Amaral. Um ano depois, nascia a filha Maria. Jacinto tornava-se coproprietário de um navio mercante, o “São Paulo” e, em junho de 1865, o navio era fretado pelo governo para servir de transporte para a guerra. Em virtude disso, o esposo de Francisca começava a empreender viagens ao sul.

Em meados de 1866, o “São Paulo” realizava duas expedições para o acampamento do Passo da Pátria, na foz do Paraguai, transportando uma parte do II Corpo do Exército, armas e escravos. Essa situação instigava o ciumento e possessivo Sr. Jacinto a afastar Francisca do seu piano e dos seus amigos músicos, obrigando-a a acompanhá-lo na viagem.

Ao contrário do que se esperava para aquele tempo, Chiquinha estava colocando a música como prioridade em sua vida, o que era inadmissível segundo os padrões sociais vigentes. Por mais que Francisca se negasse, chegando a pedir a intervenção dos pais, não havia alternativa. Teve que deixar a filha Maria aos cuidados da avó D. Rosa e seguir viagem, levando consigo o primogênito, João Gualberto. Após a nomeação como Secretário do Comando e chefe de todas as forças brasileiras em operações, o pai de Francisca Edwiges, então tenente-coronel, era nomeado e partia, também, para a luta contra o governo do Paraguai.

A viagem trazia muitos dissabores para Francisca, que acabava driblando a autoridade de Jacinto e misturando-se aos tripulantes, na maioria escravos ansiosos pela alforria¹⁰ (eram muitos os libertos e escravos, substituindo seus senhores nas fileiras do exército, que se apresentavam como voluntários). Segundo Marisa Lira em *Chiquinha Gonzaga. Grande compositora popular*

O navio rebocava chatas enormes, onde se amontoavam canhões, armas e soldados, em geral negros escravos que os senhores mandavam para a guerra substituindo filhos mimados. Durante as tempestades, tão comuns na travessia das costas catarinenses, o mar em ondas aterradoras lambia da chata os míseros negros que viajavam expostos às intempéries (LIRA, 1997, p.28).

Havia entre os tripulantes casos de infecção intestinal, doenças venéreas, gripe, dentre outros males ocasionados ou acirrados pelo aprisionamento no navio¹¹. Chiquinha era a única mulher a bordo do navio “São Paulo” e oferecia a eles roupa seca, comida e medicamentos. Além do auxílio material, Francisca Edwiges conquistava a simpatia e amizade dos

¹⁰ A organização dos “Voluntários da Pátria”, criada em 1863, assegurava uma contrapartida àqueles que se alistassem. No caso dos escravos, aqueles que se apresentassem para um corpo de voluntários, tinham a alforria garantida por lei.

¹¹ Entre março e maio de 1867, quatro mil soldados brasileiros morreram vitimados pela epidemia de cólera que se alastrou entre os aliados. Em maio a epidemia atingiu o lado paraguaio (DORATIOTO, 2004, p. 21).

tripulantes através da música. Segundo Mariza Lira, “De uma vez, nas terras do Prata, conseguiu Chiquinha um violão e, para suavizar a saudade da música, aprendeu as trovas e cantares platinos, intercalando-os com as canções e modinhas brasileiras” (LIRA, 1997, p. 27).

Complementarmente a essa colocação, utilizamo-nos do relato da biógrafa Dalva Lazaroni. Segundo ela, Francisca inúmeras vezes usou seus conhecimentos de enfermagem. “Chiquinha teve ali sua primeira experiência profissional; não como enfermeira, pois fazia isso por caridade e para ocupar o tempo, e sim como professora de música e violão” (LAZARONI, 1999, p. 158).

Os maus tratos aos escravos deixavam Francisca indignada, ou melhor, revoltada, e a música era mesmo o único apoio emocional. Ainda que de forma ilustrativa, este fragmento coletado da obra de Dalva Lazaroni é elucidativo quanto ao que acontecia no navio. Este era o posicionamento do marido, Jacinto Ribeiro do Amaral:

- A senhora quer a verdade? – Chiquinha balançou a cabeça dizendo que sim.
– Pois saiba que só permiti que a senhora se portasse como uma mulher vulgar, como uma mulher de vida fácil, porque ajudou a controlar os homens. Por sua causa não houve nenhum motim, nem qualquer aborrecimento... – completou com ódio. – Quer saber mais? Pois bem, eu detesto sua música... seu violão... seu piano (LAZARONI, 1999, p. 164).

Em *Memória social de Chiquinha Gonzaga*, Cleuza de Souza Millan reafirma o posicionamento de Francisca Edwiges: “Lá presenciou, nas cenas de guerra, o tratamento discriminatório de que era vítima o combatente escravo o que, provavelmente, influenciou ainda mais a sua rebeldia no casamento, pois achava que era tão dominada quanto o escravo” (MILLAN, 2000, p. 86). Encontramos também na obra de Edinha Diniz relatos sobre a viagem de Chiquinha a bordo do “São Paulo”.

Ela insistia na música, ele na intransigência. As brigas do casal terminaram por provocar em Jacinto uma posição irreduzível. Pediu à mulher que faça uma opção definitiva: ele ou a música. A reação de Chiquinha foi imediata: “- Pois, senhor meu marido, eu não entendo a vida sem harmonia” (DINIZ, 1991, p. 62).

De qualquer forma, essa viagem significava para Francisca o fim do seu casamento, e ela predisponha-se a terminar o relacionamento após a volta ao Rio de Janeiro. Entretanto, ela engravidaria pela terceira vez, agravando, ainda mais, a sua situação e adiando o sonho de liberdade para tornar-se uma profissional da música.

Após o nascimento do terceiro filho, Francisca detonou uma crise familiar, decidindo mesmo abandonar o marido e levando consigo apenas o filho mais velho, João Gualberto. A filha Maria ficou sob a guarda do coronel Basileu, e o filho menor, Hilário, sob a responsabilidade do pai, Jacinto. Chiquinha lutaria, em vão, por um novo amor, o engenheiro João Batista, e terminaria a vida ao lado de outro homem, 36 anos mais jovem, o “Joãozinho”.

Em 1870, terminava a Guerra do Paraguai e intensificava-se a campanha em prol da libertação dos escravos. Chiquinha Gonzaga participou do processo, dedicando a renda obtida por suas músicas para a libertação de escravos e fazendo propaganda antiescravagista em locais públicos. Ela mesma conseguiu, dessa forma, a alforria do escravo e músico José Flauta.

Considerações finais

Estudar a participação feminina nas esferas política, social, econômica e cultural é sempre instigante e oportuno. Torna-se ainda mais especial abordar a presença das mulheres em ambientes adversos, como a Guerra do Paraguai. Mesmo sem poder no processo de tomada de decisão, elas tinham um papel relevante nos bastidores da guerra, das mais variadas maneiras, atuando, principalmente, como enfermeiras e vivandeiras. Por outro lado, sempre preocupa-nos a submissão feminina imposta pela sociedade vigente em toda a história do Brasil.

Não podemos, por carência de documentação, precisar neste trabalho quantas mulheres morreram na Guerra do Paraguai, mas houve, aproximadamente, 130 mil óbitos nos quatro países envolvidos, ao longo de quase seis anos de conflito. De caráter também notavelmente grave foi o fato do Brasil não possuir combatentes profissionais, mas um exército de escravos, de “voluntários da Pátria”.

Com o fim do tráfico de escravos, a disponibilidade de capital começava a ser empregada em novas aplicações como as ferrovias, a navegação a vapor, o cabo submarino, o telégrafo, o incremento comercial, a organização bancária e industrial. A vida urbana desenvolvia-se, sobrepondo-se a então supremacia rural. A mulher começava a vislumbrar melhor a vida fora da janela, seu principal meio de contemplação e contato com o mundo exterior naquele tempo. Trata-se, ainda, de um período importante da história da mídia im-

pressa, com periódicos, ainda que de breve duração, vindo a lume e atualizando a vida cotidiana da corte.

No caso da compositora Chiquinha Gonzaga, segredos como a sexualidade prazerosa (não apenas para gestação), o desrespeito à hierarquia familiar e social na sociedade patriarcal, a contrariedade por um casamento imposto ou com a maternidade indesejada, além da angústia com a situação dos escravos na Guerra do Paraguai não deveriam ser extravasados, uma vez que determinadas confidências poderiam estimular transgressões. Como podemos constatar, Chiquinha representou a ruptura com o paradigma social do seu tempo.

Chiquinha Gonzaga, com o seu pendor para a ruptura, contribuiu de forma acentuada para a nossa reflexão acerca da condição da mulher naquele tempo e contexto histórico. Seu comportamento, audacioso para os padrões da época, nos faz pensar nela como legítima precursora de alguns movimentos sociais que teriam preponderância no cenário cultural décadas posteriores, que envolvem as questões de gênero, a partir do século XX.

A breve participação da compositora na guerra do Paraguai não faz com que a importância dela seja diminuída. Como testemunha da história, revelou a situação ultrajante em que se encontravam os escravos, no caso do navio “São Paulo”, e, ao mesmo tempo, a humilhante situação, enquanto mulher, com sua opinião subjugada, tendo que viajar por imposição do marido. Além disso, deixou evidente o quanto a música era capaz de entreter os escravos, fazendo com que os mesmos encontrassem na expressão musical uma forma de extravasar as dores, os lamentos, a revolta perante a guerra. Testemunho compatível com os estudos acerca da guerra desenvolvidos nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa**. Brasil – 1800-1900. Brasil - 1900-2000. 2 volumes. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BRAZIL, M. do C. **O Rio Paraguai e a Guerra**. Contribuição para o ensino de história. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CHIAVENATTO, J. J. **Genocídio americano: A Guerra do Paraguai**. São Paulo: brasiliense, 1987.

CUNHA, Juliana Vasconcellos Valença; FRANÇA JÚNIOR, Sérgio de Souza; SANTOS, Evanildo Vieira. **Verdades do inimigo, versões dos vencedores**. Disponível em <http://www.uff.br/comunicacao/holocausto/05-11.htm> Acesso em 15.05.2014.

DINIZ, E. **Chiquinha Gonzaga uma história de vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Nova Luz sobre a Guerra do Paraguai. In: **nossa História**. A Guerra do Paraguai. Ano 2. nº 13. nov. 2004. São Paulo: Vera Cruz, 2004. p. 18-23.

DOURADO, M. T. G. Guerreiras. In: **nossa História**. A Guerra do Paraguai. Ano 2. nº 13. nov. 2004. São Paulo: Vera Cruz, 2004. p. 38-41.

DUARTE, C. L. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. In: LÕBO, Yolanda e FARIA, Lia (Orgs.). **Vozes femininas do Império e da República**. Rio de Janeiro: Faperj, 2008. p. 105-143.

FLORES, H. A. H. **Mulheres da Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LAZARONI, D. **Chiquinha Gonzaga**. Sofri e chorei. Tive muito amor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LIRA, M. **Chiquinha Gonzaga, grande compositora popular brasileira**. Rio de Janeiro: Funarte, 1997. p.125.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MILLAN, C. de S. **A memória social de Chiquinha Gonzaga**. Rio de Janeiro: a autora, 2000.

ROCHA, Maristela. **Grandes Nomes da Música Brasileira**. Chiquinha Gonzaga. Programa nº 12, 60 min. Exibido em 25.08.91. Juiz de Fora: Rádio Farol FM, 1991.

_____. **Do sarau à roda de bambas**. Prazer e dor na trajetória de Chiquinha Gonzaga. Dissertação de mestrado, UFRJ/ECO, não publicada, 2001.

_____. **Escândalo e inclusão social em Chiquinha Gonzaga**. 55ª Reunião anual da SBPC, Recife. Educação, Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, 2003.

_____. **Chiquinha Gonzaga**. A relação entre a compositora e a teoria social do escândalo. In: IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJOR, Porto Alegre, 2006.

_____. **Chiquinha Gonzaga: transgressão, sucesso e memória**. In: Colóquio Internacional de História da Arte e da Cultura. Anais. UFJF, 2012.

SALLES, R. América do Sul em Armas. Negros guerreiros. In: **nossa História**. A Guerra do Paraguai. Ano 2. nº 13. nov. 2004. São Paulo: Vera Cruz, 2004. p. 28 – 30.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VELOSO JÚNIOR, E. S. e PEREIRA, P. O. **Controvérsias de uma heroína nacional**. De Voluntária da Guerra do Paraguai à Mito Nacional. III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista. Impressos no Brasil do século XIX. UEMA. ISSN 2236 – 9228.